



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

FERNANDA SILVA COSTA

**A INEFICÁCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

**BRASÍLIA
2019**

FERNANDA SILVA COSTA

**A INEFICÁCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Dr. Maurício Muriack de Fernandes e Peixoto.

**BRASÍLIA
2019**

FERNANDA SILVA COSTA

**A INEFICÁCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Dr. Maurício Muriack de Fernandes e Peixoto.

BRASÍLIA, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

A INEFICÁCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Fernanda Silva Costa¹

Resumo:

Em Julho de 2015, foi acrescentado ao Ordenamento Jurídico Brasileiro o Estatuto da pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146/2015, relevante instrumento para proteção dos direitos humanos. Entretanto, tal diploma legal deixou a desejar no que tange aos estabelecimentos prisionais que carecem de adaptações para assegurar o efetivo exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência. O presente artigo tem como objetivo observar o uso irrestrito do *ius puniendi*, desrespeitando os Direitos e Garantias Fundamentais dos presos com deficiência no âmbito da execução penal, analisando as adaptações atuais e verificando a possibilidade de melhorias, para maior efetividade da ressocialização e dos direitos da população prisional detentora de deficiências.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Pessoa com deficiência. Sistema prisional. Cumprimento de pena privativa de liberdade. Efetividade de Direitos Fundamentais.

Abstract:

In July 2015, the Statute of Persons with Disabilities, Federal Law No. 13.146/2015, a relevant instrument for the protection of human rights, was added to the Brazilian Legal System. However, this legal diploma has ceased to be desired with regard to prison establishments that lack adaptations to ensure the effective exercise of fundamental rights and freedoms for person with disabilities. This article aims to observe the unrestricted use of *ius puniendi*, disrespecting the Fundamental Rights and guarantees of prisoners with disabilities in the scope of criminal execution, analyzing the current adaptations and verifying the possibility of improvements, for greater effectiveness of resocialization and the rights of the prison population with disabilities.

Keywords: Dignity of human person. Disabled person. Prison system. Serving a custodial sentence. Effectiveness of Fundamental Rights.

SUMÁRIO: Introdução. 1- Historicidade das políticas de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil. 2- Direitos e Garantias fundamentais da pessoa com deficiência na prisão. 3- A acessibilidade no sistema prisional brasileiro: as dificuldades de concretização dos ideais legislativos. Considerações finais.

¹Graduanda em Direito (Bacharelado) pelo Centro Universitário de Brasília.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as pessoas com deficiência, considerando todos que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas², no cumprimento da pena privativa de liberdade.

Necessário se faz igualar aqueles que, por intervenções naturais e/ou adquiridas, são desiguais. Porém, não se sabe categoricamente qual a parcela de intromissão e/ou não atuação do Estado, nos serviços prestados de bem-estar ofertado a essa minoria, já que existe uma gama de deficiências e estas devem ser tratadas individualmente.

Em 2016, no Brasil, 4.350 pessoas com deficiência foram condenadas e privadas de sua liberdade. Dentre as deficiências temos as mais diversas tipologias, tais como as intelectuais, físicas, auditivas, visuais e múltiplas³. Dessa forma, o foco se dá no tratamento muitas vezes inadequado destes problemas de deficiência durante a aplicação de penas privativas no âmbito do sistema prisional brasileiro.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral discutir sobre as adaptações físicas e rotineiras no sistema prisional aos diferentes tipos de deficiência. Nesse sentido, é adequado analisar adaptações físicas das celas e acompanhamento dos presos; identificar se os direitos e garantias fundamentais estão sendo cumpridas; avaliar a qualidade de vida e o bem-estar dos presos mediante observação da rotina e discutir a necessidade de aprovações de projetos de leis que se encontram em tramitação, para efetiva guarda dos direitos e garantias fundamentais inerentes a cada um.

O tipo de pesquisa será epistemológica, em razão das necessidades e dificuldades das pessoas com deficiência na sociedade e como o Estado se posicionou ao legislar sobre a adequação do sistema prisional para estas pessoas. Trazer um método histórico acerca dos direitos fundamentais, para que se chegue ao cenário atual, entendendo a relevância que necessita ser dada ao tema.

²BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Artigo 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 15 de jun. de 2019.

³DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2ª edição, 2016**. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 15 de junho de 2019.

Para que seja averiguada a importância de resguardar as garantias fundamentais destes indivíduos, este trabalho terá como fonte projetos de lei em tramitação, dados históricos e bibliografias.

1 HISTORICIDADE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

No final do século XIX, o atendimento às pessoas com deficiência acontecia por meio de organizações da sociedade civil, com base em sistema de internação segregativo, tendo em vista que o Estado não assegurava o tratamento das pessoas com deficiência. As organizações visavam a institucionalização pela intervenção clínica, atuando de forma assistencialista, protecionista e paternalista.⁴

A sociedade da época acreditava que, para habilitar as pessoas com deficiência no convívio social, deveria ocorrer uma segregação prévia para realização de tratamento adequado, acreditando que eles não apresentavam condições iniciais de convívio harmoniosamente com o meio em que viviam, devendo ser moldados e preparados antes do convívio em sociedade.

Neste tempo de prevalência da política de segregação, as pessoas com deficiência ficaram impossibilitadas de conviver com a diversidade, impossibilitadas do desenvolvimento da autonomia individual, pois permaneciam mantidas em instituições especializadas sem a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho de forma a obter seu próprio sustento.

Em 1975, foi publicada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, a qual introduziu a nomenclatura pessoa portadora de deficiência. Neste sentido, a CF de 1988 utilizou a expressão “pessoa portadora de deficiência”, o que representou um pequeno avanço, conforme Luiz Alberto David Araujo⁵ expõe:

Realmente, criou-se o núcleo ‘pessoa’, que deixou de ser ‘deficiente’. A ‘deficiência’ aparece ao lado da pessoa, núcleo central da terminologia. Trata-se de uma pessoa e não mais de um ‘deficiente’. (...) Talvez o melhor termo atualmente fosse ‘pessoa com deficiência’, como é reconhecido internacionalmente.

Promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, esta tornou-se respaldo legal para as pessoas com deficiência, bem como para a sua inclusão na sociedade,

⁴BATISTA, C.A.M. **Inclusão: construção na diversidade**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004. p.15.

⁵ARAUJO, Luiz Alberto David. **A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência**. 4º Edição. Brasília: CORDE, 2011. p.51.

garantindo sua inserção nas políticas sociais e serviços públicos, além de proteger a sua entrada no mercado de trabalho sem qualquer tipo de discriminação referente à remuneração e a admissão de funcionários com deficiência, promoveu a integração das pessoas com deficiência na vida comunitária por meio da habilitação e reabilitação laboral, visando garantir o atendimento de forma especializada a este segmento.⁶

Decorrente desse avanço iniciou-se na década de 1990 o movimento de inclusão no Brasil, e desde 1980 no âmbito internacional. Conforme Sassaki⁷:

A inclusão, diferentemente da integração, não exige que o ônus da participação recaia apenas sobre as pessoas com deficiência e sim que ele seja dividido com a sociedade... A inclusão requer mudanças fundamentais nos sistemas comuns da sociedade, de tal modo que todas as pessoas, deficientes ou não, estejam primeiro juntas, incluídas, para então realizar tudo - reabilitar-se, estudar, brincar, trabalhar, receber cuidados médicos, viajar, etc.

Com a inclusão, ocorreu a inserção das pessoas com deficiência numa sociedade de acordo com seus impedimentos, com a tentativa de acesso igualitário aos serviços fornecidos a partir das suas diferenças. No Brasil, foi marcado inicialmente por um processo de segregação, e com o passar do tempo, foi se desenvolvendo o processo de integração, até os dias atuais, o qual se baseia na inclusão social.

A inclusão não se refere só às pessoas com deficiência, mas para todos aqueles que de alguma forma estão inseridos no processo de segregação social. Logo, cada indivíduo que possua suas particularidades, independentemente de ser considerado deficiente ou não, pode lutar pela igualdade no intuito de homogeneizar todos os cidadãos e seus respectivos direitos, proporcionando a equidade.

Neste momento, se faz importante analisarmos os critérios de identificação (modelo biomédico e modelo social) da deficiência, para entender os avanços já alcançados.

A identificação da deficiência no modelo biomédico baseia-se no entendimento de que a deficiência é uma consequência da lesão existente em um indivíduo, sendo esta um objeto de tratamento médico. O objetivo era tratar o corpo que é considerado anormal a partir de uma visão biológica.

O indivíduo era visto como vítima de um azar pessoal, e a deficiência como uma doença do corpo. Então, a função dos profissionais de saúde era reparar a desordem corporal, tentando achar uma harmonia na funcionalidade do organismo, tentando achar uma correção

⁶Nesse sentido, ver artigos 7º, inciso XXXI; 23, inciso II; 24, inciso XIV; 37, inciso VIII; 203, incisos IV e V; 208, inciso III, da Constituição Federal.

⁷SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999. p.85.

para alcançar a normalidade. Logo, possui uma abordagem tradicional da deficiência, na qual a deficiência era tratada como um problema individual e não social⁸.

A supremacia do modelo biomédico aconteceu a partir da percepção de deficiência trazida nas classificações formuladas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A OMS utiliza como referência as definições biomédicas para categorizar as deficiências e doenças, na elaboração da Classificação Internacional da Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH). Nesta Classificação, há uma explicação entre lesão, deficiência e handicap e doença.

A lesão é determinada como “qualquer perda ou anormalidade psicológica, fisiológica ou anatômica de estrutura ou função”; deficiência “qualquer restrição ou falta resultante de uma lesão na habilidade de executar uma atividade de maneira ou da forma considerada normal para os seres humanos”; handicap “desvantagem individual, resultante de uma lesão ou deficiência, que limita ou dificulta o cumprimento do papel considerado normal”⁹.

Em 2001, a ICIDH foi revisada, passando a ser denominada de Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), diferenciando-se da anterior devido ao fato de ser incluída no domínio do campo da saúde de forma integrada de corpo, indivíduo e sociedade. Também, traz a compreensão de deficiência como sendo consequências negativas da relação entre indivíduos e o meio ao qual pertencem, analisando seus fatores conjunturais¹⁰.

O modelo social, iniciado em meados 1970, no Reino Unido, ocorreu com um movimento liderado por pessoas com deficiência, no qual se buscava romper com a concepção biomédica. O objetivo do movimento era para que a deficiência não fosse mais tratada apenas por diagnósticos clínicos, mas também para ser observada como um fenômeno sociológico, possuindo intervenção estatal por meio de políticas públicas, descentralizando a deficiência dos saberes médicos.

Neste movimento, a deficiência é considerada um corpo com lesão, o qual necessita de cuidados médicos, mas, esta lesão não restringe a participação do indivíduo na sociedade. Para os pensadores do modelo social, a necessidade e direito à inclusão social é decorrente da imprescindível reação à estrutura social e cultural da sociedade - que impõe uma opressão ao deficiente, pelo fato do mesmo não ser considerado normal, com uma ideologia de humilhação e segregação.

⁸DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. p.42.

⁹DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. p.43.

¹⁰DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. p.45.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência¹¹, promulgada em 2007, é inserida no modelo social e considerada um avanço no quesito dos textos de direitos humanos referentes à deficiência, possuindo princípios da Carta das Nações Unidas de Declaração dos Direitos Humanos¹², reconhecendo que a deficiência é uma diversidade da existência humana, sendo a pessoa com deficiência sujeito de direitos e liberdades fundamentais.

A concepção de deficiência é um fator que influencia diretamente nas políticas públicas do país. Com uma pequena introdução do modelo social nos aparatos legais, houve como consequência o aumento de políticas para as pessoas com deficiência.

No final da década de 90, o decreto 32.98/99¹³ trouxe a visão da deficiência como sendo uma “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho da atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Essa concepção do Decreto 3.298/99 foi revogada com o Decreto Legislativo 3.956/01, que conceituou a deficiência como “restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

O conceito trazido no Decreto 3.956/01 foi baseado no modelo social de deficiência, no qual considerava que as limitações impostas às pessoas com deficiências são definidas pelo ambiente externo que influencia no desenvolvimento das habilidades dos deficientes¹⁴.

A Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência¹⁵ trouxe como definição de pessoa com deficiência sendo “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Simultaneamente, foi elaborado o Protocolo Facultativo que trouxe um importante mecanismo de monitoramento: o sistema de petições individuais, que permite o envio de

¹¹BRASIL. **DECRETO Nº 6.949/2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 16 de jun. 2019.

¹²**Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em 19 de jun. 2019.

¹³BRASIL. **DECRETO Nº 32.98/1999**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 19 de jun. 2019.

¹⁴GUGEL, Maria Aparecida; MACIEIRA, Waldir, RIBEIRO, Lauro (Org.). **Deficiência no Brasil – Uma Abordagem Integral dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Florianópolis. Obra Jurídica. 2007, p.6.

¹⁵BRASIL. **DECRETO Nº 6.949/2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 16 de jun. 2019.

denúncias de violações de direitos garantidos no tratado por pessoas com deficiência, suas famílias e organizações, incluindo o sistema global de proteção de direitos humanos, como uma nova instância recursal.

Após esta Convenção, que atualmente integra o bloco de constitucionalidade, na forma do artigo 5º, § 3º, da Carta Política, veio o Decreto 6.949/09 legitimando-a e reconhecendo que “a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação com as demais pessoas”.

Ainda que alguns discordassem, o consenso de que novos temas introduzidos pela Convenção deveriam ser regulamentados, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE), criou uma Comissão temporária para organizar os cinco encontros regionais para debater o Estatuto da Pessoa com Deficiência¹⁶.

Em 2015, foi aprovada na Câmara e no Senado, sendo sancionada em seguida pela Presidenta Dilma Rousseff, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), introduzindo uma visão global dos direitos humanos no âmbito interno.

Exatamente depois de dez anos do trato, a LBI organizou temas que estavam dispersos em outras leis, decretos e portarias, regulamentando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no âmbito nacional.

A concepção de deficiência e inclusão da pessoa está prevista no caput do art. 2º da Lei 13.146/2015¹⁷ e no §2º deste art. 2º dispõe que: “O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.”. Não obstante, o dicionário traz como sinônimo da palavra deficiente como algo “falho, carente; incompleto, imperfeito” e deficiência como “falta, falha, carência, imperfeição, defeito”¹⁸. Então, em uma análise literal, esse termo seria o melhor para abordar a condição da pessoa em análise?

¹⁶DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2ª edição, 2016**. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 19 de nov. 2018.

¹⁷Art. 2º, da Lei 13.146/2015: *Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.* (BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 de jun. de 2019).

¹⁸**Dicio, Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/deficiente/#targetText=Significado%20de%20Deficiente&targetText=substantivo%20masculino%20e%20feminino%20%5BPejorativo,compara%C3%A7%C3%A3o%20ao%20seu%20funcionamento%20esperado>. Acesso em 15 de jun. de 2019.

O modelo social fundamentado nos direitos humanos traz uma conceituação mais adequada para as pessoas com deficiência, exigindo um papel ativo do Poder Público para que este “dê conta” da diversidade funcional existente entre os seres humanos.

Como já mencionado, no modelo social a deficiência é resultada de uma função que depende de outras variáveis independentes, como limitações funcionais do corpo humano e as barreiras físicas ou sociais impostas pelo ambiente ao indivíduo¹⁹. Logo, o que “incapacita” a pessoa com deficiência é o ambiente que está inserido, é a própria sociedade que tira sua capacidade pelas barreiras, obstáculos e falta de apoios no cotidiano.

De acordo com Débora Diniz²⁰, o modelo social é o contrário da lógica da causa, visto que se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão.

Os desafios da efetivação do modelo social são enormes, levando em consideração as diferentes visões existentes atualmente com relação às pessoas com deficiência, mesmo existindo a evolução conceitual, em função da cultura do pensamento biomédico enraizada na sociedade.

2 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA PRISÃO

O princípio da dignidade da pessoa humana está previsto no art. 10º da Lei 13.146/2015, o qual dispõe ser dever do Poder Público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a sua vida, devendo o Estado promover as medidas de proteção ao fundamento constitucional²¹, assegurando o direito à igualdade e à diferença.

Para Flávia Piovesan²², para ter o direito da dignidade da pessoa humana basta ter a condição humana, sendo o requisito único e exclusivo para a titularidade. Isto porque todo ser

¹⁹Leite, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. p.36.

²⁰DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. p.17.

²¹Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana;

²²Flávia Piovesan. **Direitos Humanos e o Princípio da Dignidade Humana**, p. 147.

humano tem uma dignidade que lhe é inerente, sendo incondicionada, não dependendo de outro critério, apenas em ser humano já o tem.

Para concretizar o princípio da dignidade da pessoa com deficiência, em específico, deve-se observar o princípio da isonomia, que para o jurista Ruy Barbosa²³ significa:

A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.

A Constituição Federal de 1988 em relação às pessoas com deficiência, visa assegurar garantias a fim de promover a integração social das pessoas com deficiência, tais como os direitos de acesso à locomoção, com eliminação das barreiras arquitetônicas, atendimento educacional e de saúde especializados, integração social²⁴, porém, há lacunas na lei em relação à pessoa com deficiência no cumprimento de pena privativa de liberdade.

Inexiste no ordenamento jurídico Brasileiro lei voltada para a construção ou reforma de presídio e penitenciárias para torná-las aptas para o cumprimento de pena em regime fechado, por estas pessoas que necessitam de atenção especial em relação ao preso dito como ‘normal’.

Conforme o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE²⁵, quase 24% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência, sendo 13 milhões com deficiência motora, 35 milhões de cegos, 10 milhões de surdos e 2,5 milhões com deficiência mental.

Embora a deficiência seja caracterizada por limitações e possua várias tipologias, a lei penal não a traz como uma excludente de culpabilidade ou de causa de inimputabilidade. Por conseguinte, a não regulamentação de adaptação da estrutura prisional para os indivíduos portadores de necessidades especiais no sistema prisional acarreta uma forte violação ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Destarte, a pessoa com deficiência física tem plena capacidade de cometer um ilícito penal e tal capacidade a sujeita à medida punitiva, inclusive a pena privativa de liberdade e o encarceramento. Porém, na Lei de Execução Penal não há reserva de nenhum artigo para tratar do preso que possua alguma necessidade especial.

²³BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. 5 ed., Rio de Janeiro, ed. Casa de Rui Barbosa, 1999. p. 26.

²⁴Disposto no art. 23, II e art. 24, XIV da Constituição.

²⁵Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religioao_deficiencia.pdf.

Deste modo, os presídios e as penitenciárias deveriam se adequar de acordo com as necessidades específicas dessas pessoas, para tratamento de forma mais humana daqueles que estão sob custódia do Estado.

Embora a sociedade tenha se acostumado ao fato do sistema prisional estar falido e submetido a diversos tipos de desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao se tratar de pessoa com deficiência, o problema toma uma proporção ainda maior, haja vista que são minorias esquecidas pelo Estado, além das acomodações e acessos não estarem apropriados e nem adequados, isso, sem falar nas superlotações de celas, que potencializam os problemas para os presos portadores de deficiência.

Os desdobramentos da recente tendência jurisprudencial, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios são de negativa a pedido de prisão domiciliar para preso portador de deficiência, com base apenas em um atendimento médico, sem levar em consideração toda a falta de condições para a pessoa com deficiência, como assistência psíquica, social, odontológica entre outras, vejamos, *in litteris*:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADOS. PRISÃO PREVENTIVA. ADEQUAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. RAZOABILIDADE. PECULIARIDADES DO CASO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. BENEFÍCIO EXCEPCIONAL. ORDEM DENEGADA.

1. Demonstrada a materialidade e existindo suficientes indícios de autoria imputados ao paciente pela prática do crime de organização criminosa, justifica-se a prisão preventiva como meio de garantir a ordem pública, observados os requisitos insertos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.

2. A observância dos prazos constitui direito do acusado, contudo o tempo de duração do processo não pode ser analisado com rigor absoluto, e o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se promover a análise pormenorizada do caso concreto.

3. As peculiaridades do caso justificam o alegado excesso de prazo, em razão da complexidade da ação penal, que conta com várias vítimas e ao menos 12 (doze) réus, todos acusados de integrar organização criminosa com atuação no Distrito Federal e em outros Estados da Federação.

4. O fato de o paciente ser pessoa com deficiência, por si só, não autoriza a concessão da prisão domiciliar, se dentro da unidade prisional o acusado vem recebendo o tratamento médico adequado.

5. Ordem denegada²⁶.

²⁶Acórdão nº1187425, Rel. Desembargador CRUZ MACEDO, PRIMEIRA TURMA CRIMINAL, julgado em 14/03/2012, DJe 22/07/2019) Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj> Acesso em 20 de agosto de 2019.

De acordo com Peixoto²⁷, imperioso lembrar as vinte e sete problemáticas detectadas pelo relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema carcerário (CPI do Sistema Carcerário), realizado pela Câmara dos Deputados²⁸:

1) Impunidade contumaz em relação ao crime de “Colarinho Branco” e similares, o que se reflete no perfil dos presos; 2) custo financeiro inestimável para o Estado e a sociedade decorrente da corrupção no sistema carcerário; 3) espaço para a existência de organizações criminosas atuando de dentro dos presídios com a leniência ou a participação de agentes do Estado, caracterizando situação que demandaria maior e mais forte presença restritiva do Estado dentro dos presídios; 4) perfil sócio-econômico que remete às populações de baixa renda, sendo praticamente inexistentes presos abastados ou de etnia anglo-saxã; 5) falta de assistência material, criando-se um verdadeiro “inferno carcerário”; 6) inadequação das acomodações: um verdadeiro “caso de polícia”; 7) higiene inexistente nas cadeias; 8) vestuário impróprio dos presos com veraz “nudez absoluta”; 9) alimentação marcada por fome, corrupção e “comida no saco”; 10) assistência à saúde e assistência médicas resumidas à existência “de dor e doenças” e à falta de “tudo”; 11) assistência farmacêutica reduzida à perífrase: “um só remédio para todas as doenças”; 12) assistência odontológica tão ruim que foi qualificada e reduzida à seguinte situação icônica: extração “de dente bom no lugar do estragado”; 13) assistência social inexistente, gerando “abandono e desespero”; 14) assistência psicológica inexistente, gerando uma veraz “fábrica de loucos”; 15) incipiente assistência ao Egresso, gerando uma verdadeira legião de “feras soltas nas ruas”, que voltam a delinquir imediatamente; 16) assistência religiosa precária; 17) superlotação, uma autêntica hipótese de “inferno em carne viva”; 18) inexistência de trabalho para os presos, gerando um “ócio subsidiado”; 19) isolamento exagerado dos presos, gerando um mau contato com o mundo exterior, o que acarreta ausência de possibilidade real de ressocialização; 20) água e luz precárias e, ainda, com fornecimento submetido a um regime corrupto; 21) inexistência de um mínimo de luz solar, vivenciando-se a prisão em escuridão; 22) ocorrência rotineira de “tortura e maus tratos”; 23) inexistência de individualização dos presos e das penas, resultando em um verdadeiro “misturão” em que presos de todas as naturezas convivem entre si; 24) má preparação para a liberdade, gerando uma verdadeira “reincidência institucional”; 25) mulheres encarceradas de maneira a ser qualificada como uma “vergonha nacional”, uma vez que há crescente aumento da população carcerária feminina e muitas delas se encontram presas de modo contíguo ou misturado com presos do sexo masculino, afora outros problemas como

²⁷Peixoto, Maurício Muriack de Fernandes. Análise crítica do julgamento do ERESP N° 962.934/MS à luz dos direitos fundamentais da população carcerária: cabe a responsabilidade estatal pela superlotação carcerária?. Fortaleza-Ceára: **Revista Opinião Jurídica**, 2012. Disponível em: http://www.fchristus.com.br/downloads/opiniaojuridica/revista_opiniaojuridica_14_edt.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

²⁸Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário – Série ação parlamentar, n. 384. Brasília: Câmara dos Deputados**. Edições Câmara, 2009, pp. 47-65; 70-76; 191-316; 324-475.

estupros e maus tratos; 26) mau tratamento dos presos estrangeiros, aos quais faltam, inclusive, “atendimento médico e judiciário”; 27) péssima gestão do sistema carcerário, com arrolamento de várias recomendações pelos parlamentares, inclusive, no sentido de que “os estabelecimentos atuais deverão passar por uma análise criteriosa quanto à sua situação, localização, destinação e economicidade, com vistas aos custos dos funcionários, da reforma e da manutenção, ao conforto dos visitantes, à segurança do estabelecimento, capacidade de vagas e à aplicação das demais normas relativas à arquitetura e engenharia prisional”.

Oportuno ressaltar que, o fato do indivíduo estar cumprindo pena privativa de liberdade, não significa que deve ficar privados da sua dignidade humana, visto que nas condições atuais se torna inevitável tal consequência, principalmente em relação à pessoa com deficiência, por questão de alojamento, alimentação e higiene, além das precárias condições de acessibilidade.

O sistema prisional precisa de mudanças e as condições que os presos se encontram também precisam ser eficientes para trazer reinserção na sociedade, pois caso isso não ocorra, deixará de ter ressocialização e apresentará aos presos uma tripla punição, porque primeiramente são punidos pelo juiz; posteriormente, dentro do presídio, ao sofrerem agressões advindas dos próprios pares, ou então dos agentes carcerários; e finalmente, quando deixam a prisão, seja porque já pagaram sua dívida, ou porque conseguiram regime diferenciado de cumprimento de pena, são punidos pela sociedade²⁹.

3 A ACESSIBILIDADE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: AS DIFICULDADES DE CONCRETIZAÇÃO DOS IDEAIS LEGISLATIVOS

O Departamento Penitenciário Nacional, em seu levantamento de informações mais atualizado, informou que o total de pessoas privadas de liberdade com deficiência são de 3.955 homens e 170 mulheres, sendo a maior parte em deficiência intelectual, com respectivamente 1.858 pessoas em todo o sistema, seguida por pessoas com deficiência física, totalizando 1.399 pessoas³⁰.

²⁹JESUS, Joseane A. S. de. **O princípio da dignidade da pessoa humana e a realidade do sistema prisional brasileiro**. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/33136>. Acesso em 19 agosto. 2019.

³⁰DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização Junho de 2017**. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2019.

Em 2015, foi promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), em atendimento à Convenção sobre os Direitos Das Pessoas com Deficiência, um dos tratados de direitos humanos no Brasil com força de emenda constitucional.

No Estatuto, houve avanços para os deficientes, como: nos programas e serviços de habilitação e reabilitação, a pessoa terá assegurado o uso de tecnologias apropriadas³¹, estendeu o direito à acessibilidade ao transporte coletivo, no terrestre, aéreo e aquaviário, direitos básicos que ainda existiam barreiras para o seu acesso.

A partir da lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da LEP (Lei nº 7.210/1984), é perceptível a falta de regulamentação sobre o assunto, visto que tais diplomas legais não trazem determinações sobre como devem ser adaptados os presídios.

O DEPEN trouxe, em sua atualização de Junho de 2017, que entre aqueles que estão detidos e informaram ter algum tipo de deficiência física, 84,9% estão em unidades que não foram adaptadas para recebê-los. Portanto, pode-se compreender tal constatação como um fator que dificulta sua integração ao espaço, já que a acessibilidade é algo fundamental para pessoas que vivem com algum tipo de deficiência, além dos direitos fundamentais violados³².

Diante dessa situação, os deficientes acabam tendo sua dignidade violada, expostos a condições desumanas e degradantes. De acordo com informe no último levantamento sobre as adaptações dos presídios, apenas 5% dos estabelecimentos prisionais são adaptados para deficientes³³.

Opções de adaptação para no mínimo se iniciar a busca de provar concretizar o princípio da dignidade humana, no caso da pessoa com deficiência de locomoção, seria a substituição dos “bois” por vasos sanitários acima do nível do chão e barras laterais de apoio, alargamento das portas e realização de rampas. Porém, apesar do Estatuto da Pessoa com Deficiência não versar sobre as adaptações necessárias diretamente aos presídios, o seu art. 56³⁴ poderia ser expandido para abarcar o tema.

³¹Art. 16, inc. III e art. 46, §1º, da Lei 13.146/2015.

³²DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização Junho de 2017.** Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2019.

³³DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização Junho de 2017.** Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2019.

³⁴ Art. 56, da lei 13.146/2015: A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis. § 1º As entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia, de Arquitetura e correlatas, ao anotarem a responsabilidade técnica de projetos, devem exigir a responsabilidade profissional declarada de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes. § 2º Para a aprovação, o

A Lei de Execução Penal foi criada com o objetivo de efetivar as disposições da sentença ou da decisão criminal a fim de proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado ou do internado e deixa bem claro que não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política³⁵. A mesma lei dispõe que os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Contudo, esta mesma lei não dispõe sobre as pessoas com deficiência, deixando-as desamparadas e largadas à mercê da lei do mais forte, cultura social que rege a vida dos presos nos estabelecimentos prisionais³⁶.

Há uma proposta de lei para remir o tempo de pena de pessoas com deficiências que não estão em locais com acessibilidade³⁷. O Projeto de Lei pretende alterar o art. 126 da Lei de Execução Penal (7.210/1984) para que o condenado possa remir de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) a 7 (sete) dias cumpridos em estabelecimento prisional não dotado de acessibilidade³⁸.

A justificativa se dá porque, além de implementar a acessibilidade, incentiva-se o trabalho e o estudo, dando oportunidade para essas pessoas conforme suas necessidades de adaptações. Pode-se exemplificar a omissão da LEP em seu artigo 82, visto que poderia ter inserido no rol apresentado, as restrições físicas e sociais, porém sequer mencionou os portadores de deficiência, mostrando o descaso do Estado ao tratar desses indivíduos.

Até mesmo a resolução nº 14 das Nações Unidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário³⁹, que traz regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil, não aborda de forma taxativa qualquer regra para atender os deficientes.

licenciamento ou a emissão de certificado de projeto executivo arquitetônico, urbanístico e de instalações e equipamentos temporários ou permanentes e para o licenciamento ou a emissão de certificado de conclusão de obra ou de serviço, deve ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade. § 3º O poder público, após certificar a acessibilidade de edificação ou de serviço, determinará a colocação, em espaços ou em locais de ampla visibilidade, do símbolo internacional de acesso, na forma prevista em legislação e em normas técnicas correlatas.

³⁵BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho 1984.

³⁶CARRARO. Emanoele Cristina da Silva. O princípio da dignidade da pessoa humana e o preso portador de deficiência física: Rumo à adequação física dos estabelecimentos prisionais. **Revista da ESMESC**. v.21, n.27, 2014. p.8.

³⁷Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460882. A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou a proposta, mas ainda será analisada pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

³⁸Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Terá direito também à remição a pessoa com deficiência que cumprir a pena em estabelecimento prisional não dotado de acessibilidade. § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: III - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) a 7 (sete) dias cumpridos em estabelecimento prisional não dotado de acessibilidade, a critério do juiz da vara de execuções penais competente.

³⁹Art. 8º Salvo razões especiais, os presos deverão ser alojados individualmente. § 1º Quando da utilização de dormitórios coletivos, estes deverão ser ocupados por presos cuidadosamente selecionados e reconhecidos como aptos a serem alojados nessas condições. § 2º O preso disporá de cama individual provida de roupas mantidas e mudadas correta e regularmente, a fim de assegurar condições básicas de limpeza e conforto. Art. 9º Os locais

Embora haja tal proposta de lei, não sabemos quando esta será votada, pois conforme apresentado e visualizando o sistema prisional, este se encontra esquecido pelo Estado e não se encontra como uma prioridade a ser debatida.

Além dessa proposta de Lei, há também o Projeto de Lei 7602/2014, com objetivo de garantir que as pessoas com deficiência cumpram pena em estabelecimento distinto, adaptado à sua condição. A autora da proposta foi a deputada Mara Gabrilli⁴⁰ (PSDB-SP).

Enquanto não há positivação de medidas diversas das que se têm atualmente, os presos com deficiência são tratados como se não existissem, encontrando-se nas unidades prisionais em situações precárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é considerado matriz de toda a Constituição, imprimindo interpretação conforme a todo o ordenamento jurídico. Desta forma, os direitos fundamentais se destinam a todos os membros da República Federativa do Brasil, encarcerados ou não, com deficiência ou não, devendo ter sua efetivação assegurada pelo Estado⁴¹.

Conforme demonstrado no presente artigo, embora na atualidade existam inúmeras legislações que objetivem a proteção da pessoa com deficiência, o mesmo não é percebido na seara penal. No artigo 79⁴² do Estatuto da pessoa com deficiência, consta que devem ser

destinados aos presos deverão satisfazer as exigências de higiene, de acordo com o clima, particularmente no que se refere à superfície mínima, volume de ar, calefação e ventilação.

⁴⁰ Ela justifica esse projeto de lei porque “no sistema prisional brasileiro, as pessoas com deficiência cumprem penas nos mesmos estabelecimentos que os demais presos. Não há instalações adequadas, apoio médico específico e nem atividades voltadas às características da pessoa com deficiência”. O texto já foi aprovado pelas comissões de Seguridade Social e Família, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Segurança Pública. Hoje está na Comissão de Constituição e Justiça, onde aguardando parecer do relator, deputado Francisco Floriano (DEM-RJ).

⁴¹ DE SOUZA, Simone. **O DEFICIENTE SOB A TUTELA PENAL: Um estudo sobre a responsabilidade do Estado face ao tratamento dispensado ao apenado com deficiência, tendo como pano de fundo o garantismo constitucional brasileiro.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c932714a29aa065c>. Acesso em 15 de setembro de 2019, p. 16.

⁴² Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva. § 1º A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência. § 2º Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade. § 3º A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos nesta Lei.

assegurados para a pessoa com deficiência submetida à medida restritiva da sua liberdade, todos os seus direitos e garantias para promoção da acessibilidade.

Porém, verifica-se que por um lado o legislador promoveu verdadeira inclusão social das pessoas com deficiência, proibindo, via legislação genérica, qualquer espécie de discriminação, foi omissa quanto à edição de normas que disciplinam a questão do apenado com deficiência encarcerado no sistema prisional brasileiro.

O Estado tem o dever de providenciar por meio de políticas públicas, condições para que a pessoa com deficiência no cumprimento de pena privativa de liberdade tenha seus direitos fundamentais assegurados. Porém, os encarcerados com deficiência tornam-se vítimas das diversas formas de violações e agressões aos seus direitos fundamentais pela omissão estatal de não tentar efetivar tais direitos.

Enquanto o Estado não efetive alguma lei de acessibilidade ao sistema carcerário brasileiro, para contribuição da mitigação da marginalização, cabe ao poder público providenciar a disponibilização de penas alternativas às pessoas com deficiência, como prisão domiciliar, em qualquer regime, face aos horrores enfrentados no cárcere por essas pessoas mais vulneráveis.

Ademais, o Estado, em sua omissão, descumpre diversos tratados internacionais, dos quais figura como signatário, restando clara sua responsabilização perante as cortes internacionais de proteção dos direitos humanos, devendo ser responsabilizado.

Importante ressaltar que um sistema carcerário ineficiente não traduz o caráter ressocializador da pena. Portanto, espera-se que o Estado supere este deplorável comportamento, para que proteja essa população marginalizada, eliminando as barreiras que obstam a garantia dos direitos da pessoa com deficiência no cumprimento de pena privativa de liberdade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 4. ed. Brasília: CORDE, 2011.

BATISTA, C.A.M. **Inclusão: construção na diversidade**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário – Série ação parlamentar, n. 384**. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2009.

BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984.

BRASIL. **Lei nº Lei 13.146**, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 186**, de 2016.

BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. 5 ed., Rio de Janeiro, ed. Casa de Rui Barbosa, 1999.

CARRARO. Emanoele Cristina da Silva. O princípio da dignidade da pessoa humana e o preso portador de deficiência física: Rumo à adequação física dos estabelecimentos prisionais. **Revista da ESMESC**. v.21, n.27, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL. **Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994**, de 12 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf> . Acesso em: 30 out. 2018.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**. v.6, n.11, p. 65-77, 2009.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 2ª edição, 2016**. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf . Acesso em: 3 nov. 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização Junho de 2017**. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf . Acesso em: 16 set. 2019.

DE SOUZA, Simone. **O DEFICIENTE SOB A TUTELA PENAL: Um estudo sobre a responsabilidade do Estado face ao tratamento dispensado ao apenado com deficiência, tendo como pano de fundo o garantismo constitucional brasileiro**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c932714a29aa065c>. Acesso em 15 de setembro de 201.

GUGEL, Maria Aparecida; MACIEIRA, Waldir, RIBEIRO, Lauro (Org.). **Deficiência no Brasil – Uma Abordagem Integral dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Florianópolis. Obra Jurídica, 2007.

JESUS, Joseane A. S. de. **O princípio da dignidade da pessoa humana e a realidade do sistema prisional brasileiro**. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/33136>. Acesso em 19 agosto. 2019.

LEITE, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

LIMA, Bartira Mousinho. **A falência do sistema carcerário**. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/uniceuma/bartiramousinholima/falenciasistemacarcerario.htm>. Acesso em: 16 set. 2019.

Peixoto, Maurício Muriack de Fernandes. Análise crítica do julgamento do ERESP Nº 962.934/MS à luz dos direitos fundamentais da população carcerária: cabe a responsabilidade estatal pela superlotação carcerária?. Fortaleza-Ceára: **Revista Opinião Jurídica**, 2012. Disponível em: http://www.fchristus.com.br/downloads/opinioao_juridica/revista_opinioao_juridica_14_edt.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.